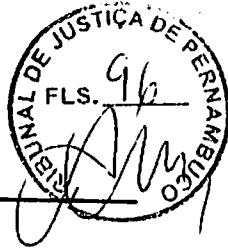




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0204758-1

IMPETRANTE: MARCOS FERNANDO ROCHA CARNEIRO

PACIENTE: SAMUEL ALBERTINO DA SILVA

211

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Luiz Diogo Filho

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL.
HABEAS CORPUS. PEDIDO DE LIBERDADE
PROVISÓRIA. INACOLHIMENTO. PRESENÇA
DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA
CUSTÓDIA CAUTELAR. INOCORRÊNCIA DO
DISPOSTO NO ARTIGO 310, PARÁGRAFO ÚNICO,
DO CPP. – DENEGACÃO DA ORDEM. DECISÃO
UNÂNIME.

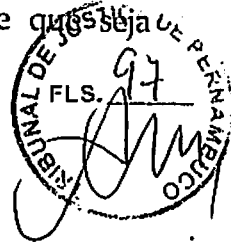
5511

1. Restando satisfeitos os requisitos autorizadores da custódia cautelar, forçosa é a denegação da liberdade provisória ao paciente, pela ausência dos pressupostos do artigo 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0204758-1 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os

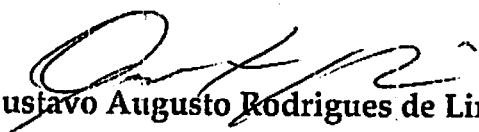
Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em denegar a ordem requerida, a fim de que seja mantida a custódia do paciente.



Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Presidente

212


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0204758-1

HABEAS CORPUS

213

IMPETRANTE: MARCOS FERNANDO ROCHA CARNEIRO

PACIENTE: SAMUEL ALBERTINO DA SILVA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Luiz Diogo Filho

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

RELATÓRIO

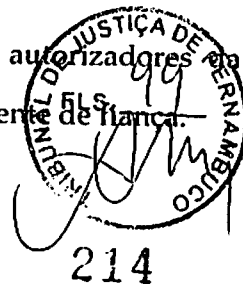
O Bel. Marcos Fernando Rocha Carneiro impetra ordem de *habeas corpus* liberatório em favor de **SAMUEL ALBERTINO DA SILVA**, que se encontra recolhido desde 22 de novembro de 2009, quando foi preso em flagrante pela suposta prática de crimes tipificados no artigo 129, §9º, c/c o artigo 147 do Código Penal, tendo sido apontado como autoridade coatora o Juízo de Direito da Comarca de Vicência.

Segundo o requerente, o acusado foi preso em razão de uma simples briga de casal, ganhando o fato tamanha complexidade apenas porque a suposta vítima decidiu chamar a polícia para apaziguar uma briga que deveria ter sido resolvida no âmbito conjugal.

Afirma que o Delegado de Polícia arbitrou fiança de R\$1.000,00 (hum mil reais) para o paciente quando, na verdade, deveria ter observado o disposto no artigo 321 do CPP (liberdade provisória sem fiança), até porque o acusado é pobre e não tem condições de arcar com tal dispêndio.

Ainda de acordo com o impetrante, a vítima já disse que não pretende representar contra o paciente, de modo que provavelmente não haverá instauração de ação penal em relação aos fatos narrados.

Por fim, afirma que não estão presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, pelo que pugna pela liberdade do acusado independentemente de fiança.



Não houve pedido de liminar.

A autoridade apontada coatora prestou informações às fls. 84/85, afirmando que o inquérito policial foi remetido àquele juízo em 27 de novembro de 2009 e, já no dia 01 de dezembro, o advogado constituído pelo paciente ingressou com pedido de liberdade provisória. Aduz que, no mesmo dia, despachou nos autos dando vista ao Ministério Público, o qual se manifestou pela designação de audiência para oitiva da vítima, nos termos do artigo 16 da Lei Maria da Penha.

Segundo a douta juíza, a audiência se realizou no dia 05 de janeiro do ano em curso, tendo a vítima comparecido para ratificar a representação. Disse a magistrada que, naquela oportunidade, observou nos braços da vítima diversas marcas de queimaduras por cigarros, as quais, segundo o relato da própria ofendida, foram provocadas pelo acusado no dia do fato delituoso.

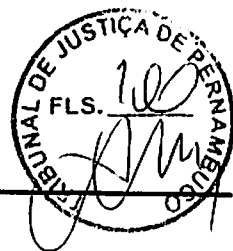
Por fim, disse a autoridade apontada coatora que, não vislumbrando motivo para o relaxamento da prisão na audiência, determinou vista dos autos ao Ministério Público para oferecimento da peça acusatória e para se pronunciar sobre o pedido de liberdade provisória formulado pela defesa.

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça, através de parecer às fls. 89/90, opinou pela concessão da ordem.

É O RELATÓRIO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 204758-1

HABEAS CORPUS

215

IMPETRANTE: MARCOS FERNANDO ROCHA CARNEIRO

PACIENTE: SAMUEL ALBERTINO DA SILVA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Luiz Diogo Filho

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Segundo o que consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante delito no dia 22 de novembro de 2009, pela suposta prática de crimes previstos no artigo 129, §9º, c/c o artigo 147 do Código Penal, encontrando-se recolhido desde então.

Alega o impetrante, basicamente, que não há razão para a custódia cautelar, não podendo o acusado permanecer recolhido apenas por não ter condições de pagar a fiança estipulada pela autoridade policial.

Nestes termos, pugna pela concessão da ordem a fim de que ele seja solto independentemente de fiança.

Pois bem.

Como se sabe, a prisão provisória só tem justificativa quando presentes os seus requisitos autorizadores, previstos no artigo 312 do CPP, devendo ela

“apoiar-se em fatos concretos que a embasem e não apenas em hipóteses ou conjecturas sem apoio nos autos”¹. Portanto, é dever do juiz, ao decretar a prisão cautelar (ou mantê-la), indicar os motivos que o levaram a tomar tal decisão, extraindo a sua conclusão da análise valorativa dos elementos fáticos existentes no processo ou no inquérito, os quais permitam a certeza de que os requisitos dispostos na lei estão satisfeitos.

216

No caso, resta evidente que o acusado vem sendo mantido no cárcere em decorrência de prisão em flagrante, não havendo razão para o relaxamento desta, tendo em vista as circunstâncias em que ocorreu o delito e a sua natureza.

De fato, da análise dos autos, não se vislumbra qualquer dado concreto a demonstrar que a prisão do acusado possa ser relaxada. Embora não haja qualquer informação a indicar que ele é contumaz na prática de crimes e que pretende tumultuar a instrução criminal, ou que planeje fugir do distrito da culpa, as ameaças feitas à vítima e as lesões nela praticadas autorizam a manutenção do paciente na prisão em que se encontra, até o julgamento do feito, que tramita regularmente.

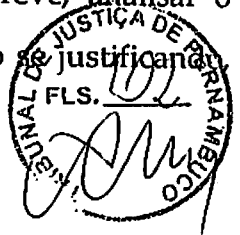
Sendo assim, tenho que há motivo para a segregação. A autoridade apontada coatora, na verdade, observou o disposto no artigo 310, parágrafo único, do CPP.

Assim, com a devida venia, ousou discordar do parecer exarado pelo douto Procurador de Justiça, no qual enfatiza que o paciente “só está preso porque é pobre e não tem condições de pagar a fiança estipulada pelo Delegado de Polícia (R\$1.000,00). Tivesse ele tal quantia, já teria sido posto em liberdade há muito tempo.”

Entendo que a custódia do paciente faz-se necessária, por força da necessidade que se evitar venha ela efetivar a ameaça feita de que iria “expor as vísceras” da vítima.

¹ MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. 9ª edição. Ed. Atlas. Pág. 814.

Cabe frisar, ainda, que a magistrada deverá, em breve, analisar o pedido de liberdade provisória, formulado em favor do acusado, não se justificando, nesta oportunidade, a supressão de instância.



Deste modo, o meu voto é pela denegação da ordem,

217

É COMO VOTO.

Recife, 26 de janeiro de 2010

Relator